

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO PAPEL EM PAÇOS DE BRANDÃO. O ARQUIVO DA CASA DA PORTELA E O “PAPEL” DA FAMÍLIA PINTO DE ALMEIDA.

Maria da Graça Amaral Neto Saraiva
Arquiteta Paisagista, Investigadora do CIAUD/FA/UL
gsaraiva@sapo.pt

Cecília Manuela Lopes de Melo
Arquivista, Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira
cecilia.m.melo@gmail.com

RESUMO

Iniciando-se por uma síntese relativa à história da escrita, do seu suporte, o papel, e da constituição de arquivos, como serviços direccionados para a recolha, organização e disponibilização de documentos, esta comunicação pretende apresentar as relações com a história do papel de uma família fidalga de Paços de Brandão, os Pinto de Almeida.

Enfatiza-se a relação dessa família com a indústria do papel na freguesia, enquanto empresários ativos em diversas fábricas, mas também com a documentação e Arquivo de Família que ‘acumularam’ ao longo da vida de sete gerações, e que chegou ao momento presente em boas condições de conservação. A sua vivência está associada a uma Casa senhorial, a Casa da Portela, um dos *ex-libris* da freguesia de Paços de Brandão, onde viveram desde os finais do século XVIII até meados do século XX, constituindo assim o repositório de memórias, escritas e orais, que cruzam várias gerações. Nela se foi construindo um arquivo de família, contendo documentação de fórum privado da família Pinto de Almeida, assim como os Tombos da Comenda da Ordem de Malta, pelo facto de Manuel Pinto de Almeida (1768-1832) ter desempenhado as funções de administrador da dita Comenda, mantendo-se desde então, essa documentação no acervo do Arquivo da Casa da Portela.

Recentemente foi assinado um Protocolo com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a 2 de dezembro de 2016, no sentido de proteger, valorizar e divulgar esse património documental.

PALAVRAS-CHAVE

Indústria do Papel (Paços de Brandão, Santa Maria da Feira), Fábrica da Azenha, Fábrica do Engenho Novo, Família Pinto de Almeida, Arquivo da Casa da Portela.

ABSTRACT

Starting by a synthesis on the history of writing, of its support, the paper, and the creation of archives, as targeted services for the collection, organisation and display of documents, this paper aims to explore the relationships between a noble family, the Pinto de Almeida, of the parish of Paços de Brandão, with the history of paper. Their relationship with the paper industry is emphasized within the parish, while active entrepreneurs in several factories, but also as builders of a family archive that has been accumulated along seven generations, kept into the present moment in good conservation conditions.

The Pinto de Almeida family lifetime has been associated with this estate, 'Casa da Portela', one of the *ex-libris* of the parish of Paços de Brandão, where they lived since the late 18th century until the mid-20th century, hosting the repository of memories, written and oral, that crossed several generations. There, a family archive has been collected, containing documentation of the family Pinto de Almeida, as well as the archives of the Order of Malta, due to the fact that Manuel Pinto de Almeida (1768-1832) has played the role of local administrator of that Order. Since then, these documents remained in the Casa da Portela archive.

Recently, a protocol was signed with the municipality of Santa Maria da Feira, 2 December 2016, in order to protect, enhance and disseminate this documentary heritage.

KEYWORDS

Paper industry (Paços de Brandão, Santa Maria da Feira), Azenha factory, Engenho Novo factory, Pinto de Almeida family, Archive of Casa da Portela

OS ARQUIVOS E O PAPEL COMO SUPORTE DE ESCRITA

*Porque a memória dos homens é fraca inventou-se o remédio da escrita...*¹

No que é que os arquivos e a escrita contribuem para a história do papel?

O papel, como suporte da escrita, permitiu aos homens registar e comunicar, de forma simples, pensamentos, descobertas, sonhos, ambições, desejos, feitos, ordens e difundir todo esse conhecimento; os arquivos, porque de forma muito natural e intuitiva, foram-se formando e especializando na organização, salvaguarda, difusão e conservação desse património documental.

¹ «arenga de memória», usada em documentos produzidos durante a Idade Média, penso constituir o aforismo que melhor legitima a existência de diferentes sistemas de informação assim como a nossa missão de proceder à sua organização, descrição, difusão e preservação, sempre que se justifique, quer seja por razões históricas, legais, patrimoniais ou informacionais.

No desenvolvimento da escrita, dentro da história da humanidade, existe apenas quatro casos assinaláveis como independentes: na Mesopotâmia, no Egito, na China, e na Mesoamérica.²

Um povo denominado por Sumérios, ca. 4000 a.C., invadiu o sul da Mesopotâmia e, foram durante 1500 anos, a cultura dominante do Médio Oriente, desenvolvendo uma literatura bastante evoluída e deixando como memória arquivos e documentos que envolvem um *complexo sistema jurídico, administrativo e religioso*. Por meados do terceiro milénio a.C., a escrita dos Sumérios foi adotada pelos semitas que viviam no vale de Tigre-Eufrates (Babilónios e Assírios) e aí floresceu por mais de dois mil anos. Na antiga Mesopotâmia, o sistema de escrita que foi desenvolvida e usado por mais de três mil anos foi chamado de escrita cuneiforme (do latim *cuneus* (cunha) e *forma*) ficando assim conhecida por ser produzida por estiletes em forma de cunha. Esta escrita foi decifrada ainda no século XIX, no entanto, a sua origem ainda permanece um tanto ou quanto obscura.³

Na história da escrita alfabética Ocidental, foi sem dúvida a escrita dos gregos, adaptada da dos Semitas, que esteve na origem de todas as escritas alfabéticas europeias. Por volta do século VIII a.C. o alfabeto grego foi adaptado à língua etrusca e, cerca do século VII a.C., a escrita etrusca é adaptada à língua latina, tendo esta passado por várias adaptações nos séculos seguintes. O ajuste do alfabeto latino, depois do primeiro século a.C., resume-se à sua adaptação às várias língua e à sua transformação nos estilos cursivos, tendo os missionários da Igreja Católica Romana levado a língua latina e suas derivadas a diversas partes da Europa, espalhando assim a influência de um império já em declínio.⁴

A escrita, tal como a conhecemos, se comparada com os milhares de anos que existem de desenvolvimento intelectual da humanidade, tem uma origem relativamente recente.⁵ As suas origens são objeto de conjectura mas penso que não se pode negar que todas estas formas gráficas inscritas são no fundo manifestações de uma necessidade humana de comunicar ou exprimir.

A escrita é parte integrante de um processo cultural, é uma forma de se registar pensamentos, organizar discursos, criar conhecimento e aparece como meio de registar ideias que pode ser reproduzidas, retirando aos homens a obrigação de as guardar em memória. A escrita e os seus suportes permitiram a enorme possibilidade de se armazenar e transmitir informação, criando assim um espaço de memória perene externa à própria memória do homem, no entanto, o seu desenvolvimento pressupõe, por sua vez, a existência de instituições que a produzam e façam uso da mesma.

2 SPROCHI, Amanda K. - Ancient Mesopotamian Libraries and Archives. Kent: University School of Library and Information Science, 2004. p. 10.

3 DIRINGER, Davis – A escrita. [Lisboa]: Verbo, 1985. (Historia Mundi; 12). p. 37-38.

4 DIRINGER, Davis – A escrita (op.cit.). p. 145,153,157, 161, 170.

5 DIRINGER, Davis – Ibidem.

Os suportes da escrita são normalmente materiais, preferencialmente duráveis, onde se registam desenhos ou sinais que se utilizam para escrever, sendo que os mesmos devem permitir conservar o que lá se inscreveu; a sua função é a de fixar a informação ajudando à criação de conhecimento e possibilitando a sua transmissão e transferência com um carácter duradouro mas, para que se possa efetuar essa fixação são necessários outros materiais, como as tintas, e utensílios como tinteiros, estiles, penas, pinceis, canetas, etc.

Quando se fala em documentos depressa nos lembramos de uma folha de papel escrita, embora existam outros suportes, todos com a finalidade de registar e transmitir informação no tempo e no espaço. Depois da madeira, da pedra, do barro, do papiro, do pergaminho, chega à Europa o papel, um material leve, fino e aparentemente frágil.

O papel e o seu fabrico, inventado pelos chineses há cerca de 2000 anos, mantiveram-se durante vários séculos como um segredo bem guardado desta civilização, chegando à Europa, quer por intermédio dos árabes que, por volta do século XVIII, dominavam a Espanha, quer através da Itália e da Alemanha. Aos poucos a arte do fabrico do papel espalhou-se pela Europa e nascem fábricas de papel, onde quer que existisse um bom fornecimento de água, elemento essencial para o fabrico da pasta de papel. Por volta do ano de 1200 já existiam moinhos de papel em Espanha (Valência), 200 anos depois já se haviam instalado no norte da Europa, tendo chegado à América do Norte por volta do ano de 1690.

Da China para o Oriente e Ásia Central e daí para o Ocidente, a expansão do papel não se efetuou sem que existissem opositores a este suporte de escrita, chegando a existir, durante a Idade Média, entidades que exigiam pergaminhos em documentos oficiais, pois alegavam que o papel era fraco. De nada valeriam as críticas pois o mundo ia evoluindo e progredindo e o material para escrever tinha que ser abundante e barato sendo o único obstáculo à aceitação do papel o facto de os documentos serem manuscritos e a sua reprodução muito demorada.⁶

Apesar de ter sido o pergaminho que permitiu o fabrico dos primeiros livros manuscritos, pois as folhas de papiros apenas formavam rolos, foi o papel, por ser um suporte mais barato, juntamente com a invenção da imprensa no século XV, que permitiu o aumento exponencial do número de cópias produzidas dos documentos, até então muito dispendiosas por serem manuscritas, e um maior acesso à informação e ao conhecimento por todo o mundo civilizado, aumentando exponencialmente o consumo do papel e, conseqüente mente, o desenvolvimento e a expansão da indústria papelreira.

Poder-se-iam aqui enumerar muitas das utilidades de uma folha de papel mas optamos por apresentar aquela que consideramos ser a prova mais extraordinária da importância do papel para a história da

6 Lopes, A. M. Cunha – A história do papel. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1974. p. 36-42.

humanidade, a de ser o suporte de escrita privilegiado a que os homens recorreram para transmitir às gerações vindouras todo o seu conhecimento.

Os arquivos sempre foram fundamentais para a humanidade quer como serviços que auxiliavam as atividades administrativas das instituições quer como guardiões na escrita da sua história.

Os arquivos e a prática arquivística surgiram e foram evoluindo, de forma natural, desde o aparecimento da escrita até ao final do antigo regime, de acordo com as necessidades dos organismos produtores e dos utilizadores dessa informação.⁷

Um marco histórico na evolução dos arquivos deu-se com a Revolução Francesa de 1789 de onde os arquivos surgem como serviços “artificiais” direcionados para a recolha, organização e disponibilização de documentos de interesse patrimonial, essenciais aos estudos historiográficos, liberalizando-se de forma genérica o acesso aos arquivos. Estes “serviços especializados”, se, por um lado, privilegiavam o acesso através da produção de instrumentos de pesquisa (transcrições, índices, inventários, catálogos), por outro lado, afastavam a documentação do contexto em que a mesma havia sido produzida. O aparecimento de arquivos com uma finalidade, um pouco exógena, relativamente aos fins específicos que determinam a sua formação, faz com que comecem a surgir alguns princípios orientadores da prática arquivística tal como o princípio do “respeito pelos fundos” e “respeito pela ordem original” dos documentos.⁸

Ao longo da primeira metade do século XX, com a industrialização, a complexificação burocrática e o aumento exponencial da produção documental começam a surgir novos desafios, nomeadamente a nível de gestão dos arquivos, tendo-se generalizado o conceito que ficou conhecido como “teoria das três idades do arquivo” que, apesar de enunciar um ciclo de vida contínuo para os documentos, acabou por dar origem a algo avesso ao seu propósito, com a criação de serviços de depósito de documentação que acabariam em muitos casos por provocar a desagregação natural das unidades sistémicas produzidas⁹.

Durante os anos 80 e 90, o Conselho Internacional de Arquivos (I.C.A.), criado em 1948, e reunindo arquivistas de todo o mundo, veio proporcionar um debate mais alargado sobre os arquivos e os fundamentos da disciplina arquivística tendo um papel preponderante no que diz respeito à uniformização da descrição arquivística com a publicação das normas internacionais ISAD(G)¹⁰, com

7 RIBEIRO, Fernanda - A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento. Paraíba. Vol. 1, Nº. 1 (2011), p. 59-60.

8 RIBEIRO, Fernanda - A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação (op.cit.). Vol. 1. p. 61.

9 Ibidem.

10 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD(G) : Norma geral internacional de descrição arquivística. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2002.

princípios orientadores para a descrição arquivística e a ISAAR(CPF)¹¹, orientada para a criação de registo de autoridades¹². Mais recentemente, em 2008, surgem as normas internacionais ISDIAH¹³, para a descrição de entidades detentoras de arquivo e a ISDF¹⁴, para a descrição de funções dos produtores de informação.

Tomando como ponto de partida que um arquivo é um *sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais - a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores*¹⁵. Sendo que a noção de arquivo se configura num conceito que gera alguma ambiguidade, este também pode ser entendido como um *serviço criado organicamente numa determinada entidade e/ou uma instituição cultural (arquivo de âmbito nacional, distrital ou municipal, públicos ou privados) destinada a incorporar e tornar acessível informação produzida/recebida por terceiros*¹⁶.

Atualmente os arquivos já não são vistos apenas como meros espaços de conservação e custódia de documentos mas sim como serviços responsáveis pela receção, organização, conservação, gestão e difusão do sistema ou sistemas de informação das instituições, constituídos por conjuntos de documentos produzidos organicamente pelas mesmas, no âmbito das suas competências ou funções, na longa duração. Sendo assim, o trabalho a desenvolver pelo profissional da informação num arquivo, deve refletir sempre a evolução orgânica de cada instituição, tendo em conta o princípio da ação estruturante, o princípio da integração dinâmica, o princípio da grandeza relativa e o princípio da pertinência.

Os arquivos são normalmente classificados como públicos, quando produzidos por organismos da administração pública (central, local e outra) e arquivos privados onde se enquadram todos aqueles que resultam da atividade e administração de coletividades (instituições, famílias e empresas) e pessoas individuais, nos seus domínios próprios, independentemente de estes resultarem de doações ou concessões régias ou do estado¹⁷.

11 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR(CPF) : Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoa singulares e famílias. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2004.

12 RIBEIRO, Fernanda – O acesso à informação nos arquivos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. Vol. 1. p. 36-43.

13 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISDIAH : Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

14 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISDF : Norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2008.

15 SILVA, Armando Malheiro de, [et al.] – Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação (op.cit.). p. 214.

16 SILVA, Armando Malheiro da - A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Afrontamento: CETAC, 2006. p. 154.

17 RIBEIRO, Fernanda – O acesso à informação nos arquivos (op.cit.). Vol. 1. p. 22

Os arquivos municipais, ao contrário da maior parte dos acervos históricos dos arquivos da administração central que se encontram na dependência da Torre do Tombo, mantem-se regra geral junto dos organismos produtores; já os arquivos de família nobres (tituladas ou não tituladas) assim como os de ordens religiosas e militares nem sempre sobreviveram às contingências do tempo (acidentes naturais, descuido na sua conservação, partilhas de família, extinção das ordens, etc.), no entanto, alguns sobrevivem e permanecem até hoje sob custódias das respetivas entidades produtoras ou foram incorporados em arquivos do Estado.

Neste contexto, apresenta-se o caso da família Pinto de Almeida da Casa da Portela, em Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, construtora e detentora de um arquivo de família, bem como de fábricas de papel nessa freguesia, pelo interesse que poderá representar essa dupla relação para a história do papel a nível local e regional.

A FAMÍLIA PINTO DE ALMEIDA DA CASA DA PORTELA

As origens da família Pinto d'Almeida estão referenciadas ao século XV a Gonçalo Pinto, alferes-mor do Duque de Bragança. De seu filho Ayres Pinto sabe-se que foi escudeiro do Conde de Barcelos, tendo sido nomeado testamenteiro do Duque D. Fernando em 1471¹⁸.

Desde então sucederam-se várias gerações nas quais se estabeleceu uma relação intensa com as Terras da Feira, nomeadamente com a freguesia de Paços de Brandão. De acordo com a genealogia existente no Arquivo da Casa da Portela, existe referência, no final do século XVII, a Clara Pinto d'Almeida, nascida na Casa de Linhares e Barroso, casada com seu primo António de Sá. Deste casamento nasceram sete filhos, um dos quais António Pinto d'Almeida que adquire, em 1788, a Casa da Portela, a José Caetano de Azevedo e a sua mulher Rosa Caetano da Silva.

António Pinto d'Almeida (1719-1792), foi cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador do senado da Câmara da Feira, vice-cônsul do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Senhor das Casas de Linhares e Barroso, da Portela, da Sobreira, em Paços de Brandão e da Quintã de Sto. António em Rio Meão. Foi Capitão de Ordenanças da Guarda de marinhos e fachos da terra da Feira e seu distrito.

Casou com D. Angélica Maria Rosa Pinheiro da Cruz (1728-1808), com quem teve dez filhos. Entre estes, refere-se José Pinto d'Almeida (1761-1847), padre, que fundou a primeira fábrica de papel em Paços de Brandão na Quinta do Engenho Novo, em 1795, e que constitui uma personagem chave no desenvolvimento da indústria do papel na freguesia¹⁹, como adiante se refere.

18 Arquivo da Casa da Portela – Genealogia dos Pinto de Almeida.

19 SANTOS, Maria José Ferreira dos - A Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX). p. 80.

Sucedeu a António Pinto d'Almeida, na propriedade da Casa da Portela, o seu filho varão mais novo, Manuel Pinto d'Almeida (1768-1832), em virtude de alguns dos seus irmãos terem falecido solteiros. Foi Capitão das Ordenanças da companhia formada em Silvalde e suas anexas de Paços de Brandão, Esmoriz, Paramos, Anta, Oleiros e Nogueira da Regedoura, tendo participado nas campanhas da Guerra Peninsular. Foi Procurador do tombo da Comenda de Rio Meão, Arada e Maceda na Ordem de Malta de S. João de Jerusalém e Capitão das Ordenanças Privilegiadas da Sagrada Ordem Militar. Desempenhou igualmente as funções de vice-cônsul do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda; por diversas vezes vereador e juiz pelas ordenações na Vila da Feira. Nas guerras entre liberais e absolutistas tomou o partido pela causa miguelista, tendo sido condecorado em 1829 com a medalha de ouro da Real Effigie, comemorativa da coroação, nesse ano, de D. Miguel I.

Casou em 1810 com D. Gertrudes Maria Rosa da Silva Canedo (1792-1859), tendo tido sete filhos. Destes, sucedeu-lhe na posse da Casa da Portela o seu filho Manuel Pinto de Almeida (1823-1899), fidalgo cavaleiro da Casa Real, por sucessão dos seus maiores, tendo tido também uma atuação preponderante no desenvolvimento da indústria do papel em Paços de Brandão. Apesar das convicções familiares miguelistas, e rompendo a habitual tradição dos casamentos inter-primos, em 1844, contra a vontade dos seus, casa com Maria Augusta de Azevedo Aguiar Brandão, de uma família papelreira e de opções liberais. Essa união dará origem a uma colaboração, neste domínio, de duas famílias com importante representação social e empreendedora na indústria em causa.

Manuel Pinto de Almeida foi Capitão da 6ª Companhia do extinto Batalhão Nacional de Caçadores da Vila da Feira, comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora de Vila Viçosa, procurador à Junta Geral do Distrito de Aveiro, vereador (1846) e presidente da Câmara da Feira em 1879. Na política, foi chefe do partido progressista da Feira durante o período de 1865 a 1889.

Em 1846 Manuel Pinto de Almeida fundou uma fábrica de papel, chamada da Azenha de Cima, tendo-lhe sido doada, posteriormente por seu sogro João José de Azevedo, a fábrica da Azenha de Baixo. Tornou-se assim no proprietário de ambas as fábricas, no lugar do Serrado, constituindo um relevante conjunto no panorama da indústria do papel na freguesia.²⁰

Deste casamento nasceram dois filhos: o mais velho, Augusto de Azevedo Pinto de Almeida (1847-1897), que trabalhou com seu tio materno, João de Azevedo Aguiar Brandão, na fábrica do Engenho Novo e herdou de seu pai as fábricas da Azenha; o mais novo, Manuel Pinto d'Almeida (1848-1914), proprietário da Casa da Portela. Foi este último Fidalgo da Casa Real, vereador da Câmara de Lisboa (1892-1895), deputado pelo círculo da Feira (1897-1900) e sócio da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal. Casou com D. Eugénia Amélia Bastos de Pinho (1847-1904), tendo tido dois filhos. Eduardo Pinho de Almeida, o filho mais velho, herda de seus pais a Casa da Portela.

20 SANTOS, Maria José Ferreira dos - Ibidem. p. 108

Eduardo Pinho de Almeida (1870-1927), fidalgo da Casa Real por sucessão dos seus maiores, foi Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, sócio fundador da Sociedade Propaganda de Portugal, sócio da Associação Central de Agricultura Portuguesa e da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado. Casou em 1912 com D. Maria de Magalhães e Menezes Villas-Boas (1874-1941) e deste casamento não houve geração, passando a posse da Casa da Portela para a família da sua mulher.

A Casa da Portela foi o cenário de vida desta família e simultaneamente um local de prestígio e de representação, no contexto sociocultural e económico da inserção da família na sociedade do seu tempo. Com uma arquitetura que se integra na tipologia de Casa senhorial, em dois pisos, integra um harmonioso pátio 'de recebimento' e jardins tradicionais com vegetação interessante e decorativa.²¹



(a)



b)

Figura 1 – Casa da Portela (a) fachada, e (b) pátio

É actualmente um Imóvel de Interesse Público, classificado em 1982²². No seu interior persistem objectos e documentos que pertenceram às várias gerações residentes, testemunhos da sua actividade e interesses. Deles se destaca o seu Arquivo Privado, integrando, entre diversos manuscritos e documentação, os tombos da Ordem de Malta, que felizmente chegou intacto ao século XXI, constituindo um valioso espólio actualmente em análise, tratamento e inventariação no Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira, através de Protocolo recentemente estabelecido.

OS PINTO DE ALMEIDA E A INDÚSTRIA DO PAPEL EM PAÇOS DE BRANDÃO

Conforme anteriormente exposto, alguns elementos da família Pinto de Almeida estiveram ligados à origem e funcionamento de várias fábricas de papel em Paços de Brandão. O florescimento desta indústria depende de vários factores, nomeadamente a fonte de energia hidráulica, que

²¹ CARITA, H. E Cardoso, H. - A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento. Leya, 2015.

²² Decreto nº 28/82. Diário da República nº 47 de 26 de fevereiro.

era a razão da sua localização ao longo de uma ribeira, a existência de matéria prima e de mão de obra com crescente especialização e de promotores e empreendedores que se lançavam na abertura e gestão de fábricas, alargando a influência e representatividade do núcleo inicialmente criado.

A primeira fábrica na freguesia é a do Engenho Novo, fundada em 1795 pelo Padre José Pinto de Almeida, na junção da Ribeira da Fonte de Infesta com o Rio de Riomaior, dispondo de cinco rodas hidráulicas. Relativamente a outras fábricas da freguesia, esta empregava o maior número de operários e ocupava uma quota de mercado de 21%, apresentando um desenvolvimento tecnológico avançado para a época²³. Ao seu fundador foi reconhecida elevada capacidade de inovação e empenho na direção da fábrica, que manteve até 1825, quando a cedeu a seu familiar João José de Azevedo Aguiar Brandão. Este foi um grande industrial papeleiro que além desta fábrica possuía mais duas, uma das quais a da Azenha de Baixo, por si fundada em 1844. Sucede-lhe na gestão do Engenho Novo o seu filho João de Azevedo Aguiar Brandão, e este, por sua morte, deixa a fábrica a seu sobrinho Augusto de Azevedo Pinto de Almeida, que nela instala uma máquina de papel contínuo e promove alguns melhoramentos. No entanto, a partir do final do século XIX, esta fábrica entra em declínio, sendo destruída por um incêndio em 1958. Atualmente, as ruínas da casa e fábrica do Engenho Novo, bem como o extenso parque da sua cerca são propriedade da Junta de Freguesia de Paços de Brandão.

A Fábrica da Azenha de Baixo, fundada por João José de Azevedo Aguiar Brandão na Ribeira da Fonte Infesta, foi por este doada, por volta de 1846, a seu genro Manuel Pinto de Almeida, que tinha já construído, nessa data, uma outra denominada Fábrica da Azenha de Cima, ficando este proprietário de ambas as fábricas. A primeira produzia exclusivamente papel para caixas de fósforos, enquanto na segunda se produziam vários tipos de papel, como de escrita, florete e almagô. Pela qualidade dos produtos fabricados, recebeu Manuel Pinto de Almeida uma menção honrosa na exposição Industrial de 1865, realizada no Porto.

23 SANTOS, Maria José Ferreira dos - A indústria do papel... (op. Cit.). p. 77.



Figura 2 - Diploma da menção honrosa na Exposição Industrial de 1865

Também este proprietário obteve do Estado concessão para produzir papel selado, ou do Tesouro Publico, como era então referido, entre 1859 e 1862.²⁴

A produção de papel por um dado fabricante é assinalada pela ‘marca de água’, cuja origem remonta ao século XIII, permitindo a identificação dos moinhos papaleiros ou da sua inserção numa região ou comunidade. ²⁵Para além de um símbolo escolhido, também as iniciais do proprietário e do ano de fabrico podem estar associadas à marca de água.

Na figura 3 apresenta-se a marca de água do papel almaço produzido por Manuel Pinto de Almeida na fábrica da Azenha de Cima, em 1865.



Figura 3 – Marca de água da Fábrica da Azenha de Cima, 1865

²⁴ SANTOS, Maria José Ferreira dos - Ibidem. p. 110.

²⁵ SANTOS, Maria José Ferreira dos - Marcas de água: séculos XIV – XIX. Coleção TECNCELPA. p.43.

Em 1872 Manuel Pinto de Almeida faz sociedade com seu filho Augusto de Azevedo Pinto de Almeida para a gestão da fábrica da Azenha de Cima, que passa a registar todo o movimento dessa fábrica num livro de registos existente no Arquivo da Casa da Portela, recentemente doado ao Museu do Papel. Neste livro é possível conhecer o quotidiano da fábrica, despesas de laboração e manutenção, constituindo um documento de interesse para a história do processo de fabrico do papel em Paços de Brandão nos finais do século XIX.

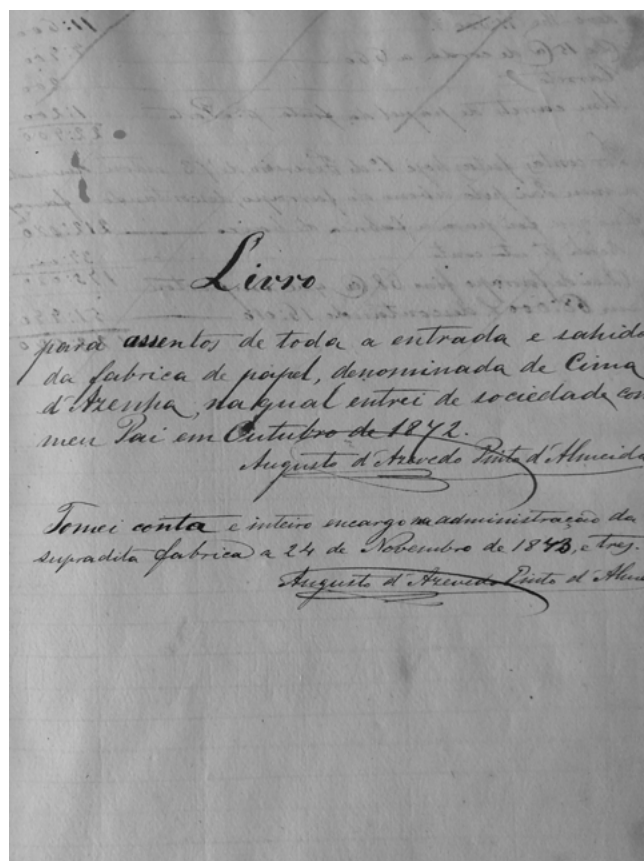


Figura 4 – Livro de registo da Fábrica da Azenha de Cima

O ARQUIVO DA CASA DA PORTELA

Para que os arquivos de família possam fazer parte da História é preciso, antes de mais, começar por fazer a história dos arquivos de família.²⁶

A família Pinto de Almeida, da Casa da Portela, ao longo dos anos, no decurso da sua existência e atividade profissional dos seus membros, produziu e acumulou documentação cujo valor histórico e patrimonial vai muito além do simples interesse como memória familiar, constituindo um importante testemunho para a história do Município de Santa Maria da Feira, assim como para a história de outras instituições sediadas nesta circunscrição territorial, como é o caso da Comenda de Rio Meão, da Ordem de Malta ou do Hospital, cujo arquivo permanece junto ao arquivo privado da Casa da Portela, desde o tempo em que o capitão de milícias e ordenanças de Rio Meão, Manuel Pinto de Almeida, representou

26 ROSA, Maria de Lurdes (ed.) – Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro? Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos, 2012. (Coleção: Estudos 3). p. 30.

o último comendador, D. Frei Manuel Pedro de Moura e Mendonça, na administração desta comenda.²⁷

A Comenda de Rio Meão foi instituída após uma doação de 1218, em que Fernão Vasques doou à Ordem do Hospital os bens que aí possuía, pois nos registos da Comenda de Leça consta que a mesma foi dada em prestimónio à Rainha Santa, Infanta D. Mafalda. Ainda antes do século XIII a Ordem do Hospital, ou de Malta, recebeu as freguesias de Maceda e Arada, que passaram a anexas da dita Comenda e, em 1289, por doação de D. Leonor Afonso, filha bastarda de D. Afonso III e viúva do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, a igreja de Rio Meão e outros bens que o dito conde possuía em Terra de Santa Maria. Era comendador de Rio Meão, em 1238, Frei Afonso Pires Farinha e, durante cerca de 600 anos, foi esta comenda administrada, geralmente, por cavaleiros de ordens militares, até à sua extinção, por decreto de 14 de julho de 1834, onde se declara que é extensivo às Ordens Militares todas as disposições do decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas e consequente nacionalização dos seus bens, tendo os mesmos sido integrados na Fazenda Nacional.²⁸

Foi o Comendador Fr. Bernardo Pereira, desde 1627, cavaleiro professo do Hábito de S. João do Hospital de Jerusalém que tombou os bens pertencentes à Comenda de Rio Meão, em 1629, inicialmente unida à Comenda de Frossos (Albergaria-a-Velha) e Rossas (Arouca).²⁹



Figura 5 – Tombo da Comenda de Rio Meão, de 1629

27 RODRIGUES, David Simões – Rio Meão: a terra e o seu povo. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: Junta da Freguesia de Rio Meão, 2001. Vol. 1. p. 89.

28 RODRIGUES, David Simões – Rio Meão: a terra e o seu povo (op. cit.). p. 48-50, 83

29 Ibidem, p. 85-86.

O Arquivo da Casa da Portela é pois constituído por mais que um sistema de informação conseguindo-se perceber, sem dúvida, duas instituições produtoras: gerações da família Pinto de Almeida, da Casa da Portela, e Comendadores da Ordem de Malta de São Tiago de Rio Meão.

Do recenseamento efetuado à documentação foram registados 180 títulos materializados em 44 livros, 569 maços, 88 folhas e 12 unidades de instalação, estas últimas com uma miscelânea de documentos avulsos, pertencentes a alguns elementos da família Pinto de Almeida.

Quanto ao suporte da escrita é o papel o material utilizado para registo de informação, existindo apenas um documento em pergaminho, provavelmente de 1584, com uma confirmação do Bispo do Porto da igreja de São Martinho de Escapães, da Vila da Feira, e da apresentação da Comenda de Rio Meão.

Na encadernação de alguns documentos os materiais utilizados são o pergaminho, o couro e o cartão forrado com papel marmoreado.

Relativamente à tipologia de registo os documentos são todos manuscritos, à exceção de um Tombo da Comenda de Rio Meão, com data de 27/06/1629, que foi impresso, muito provavelmente, em finais do século XVII.

Quanto às tipologias documentais produzidas, a maioria da documentação diz respeito a registo de propriedades (autos de demarcação, medição e apegção, prazos, escrituras de compra e venda, etc.), de contabilidade (cobrança de foros, relações de cobrança, receitas e despesas, dívidas, etc.) e de recenseamento de fogos e moradores, sentenças cíveis e correspondência.

Pese embora a existência de alguns documentos em mau estado de conservação, que irão necessitar de intervenções profundas de restauro, uma grande parte do acervo documental pode ser considerada como estando num estado razoável de conservação, tendo em conta que a maior parte da documentação foi produzida entre os séculos XVII e XIX.

Os arquivos privados da Casa da Portela e da Comenda de Rio Meão, por serem acervos documentais de acentuada relevância para o estudo da nossa história local e se encontrarem em risco de perda, devido a danos causados pelo tempo e pelas condições de armazenamento, tornaram-se objeto de especial proteção e valorização, assumidos pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através do seu Arquivo Municipal. Tendo por base competências que lhe são atribuídas de promoção e valorização de arquivos privados, com comprovada relevância para a história do concelho, o Arquivo Municipal propôs à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a elaboração e aprovação de um protocolo de depósito, com as proprietárias do arquivo da Casa da Portela, protocolo esse aprovado em reunião ordinária da câmara municipal de 16 de maio de 2016 e validado, por assinatura de ambas as partes, no dia 2 de dezembro de 2016.

A responsabilidade pela salvaguarda e valorização do património arquivístico, de elevado interesse para a

história local, é atribuída às autarquias locais devendo estas promover o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação desse património documental, incentivando a colaboração entre as pessoas coletivas de direito públicas e os detentores desses bens culturais, com o propósito de proteger e valorizar esse património cultural³⁰.

Sendo o Arquivo Municipal um serviço público da administração local, com competências relevantes na área da cultura, decorrentes das responsabilidades específicas que lhe estão cometidas na gestão, recolha, conservação, tratamento e difusão de documentação arquivística, tanto de entidades públicas como privadas, com os objetivos de cuidar da sua preservação a longo prazo e de facultar o acesso e uso da mesma, de forma continuada e generalizada, a todos os cidadãos³¹, cabe a ele coordenar as operações de salvaguarda e valorização do Arquivo da Casa da Portela.

No protocolo de depósito do Arquivo da Casa da Portela estabeleceram-se cláusulas essenciais ao tratamento, conservação e acesso. Após a aprovações do protocolo, e com o consentimento da proprietárias, deu-se início à operação de inventariação dos documentos mas, devido às condições de conservação dos documento, verificou-se não ser possível efetuar tal tarefa com a devida segurança, tornando-se necessária a contratualização de um serviço de desinfestação por anóxia, para expurgo dos documentos.

De forma a promover o estudo da documentação, o seu enquadramento orgânico e descrição arquivística, no âmbito do protocolo de cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto existente, está prevista a eventual colaboração de um mestrando para desenvolver o seu trabalho de estágio naquela instituição.

Na prática, as operações de organização e descrição do Arquivo da Casa da Portela terão como ponto de partida a criação de um quadro orgânico-funcional deste Arquivo, tendo como base as sucessivas gerações da família Pinto de Almeida, pois o estudo de um sistema de informação familiar, de acordo com a organicidade própria da instituição, “... *assenta* tão só – e já é muito – em gerações e em membros/pessoas unidas por laços de parentesco”³²

Os arquivos de família são uma importante referência informativa para a história local, social, cultural constituindo-se como provas vivas de vivências familiares e das relações que estas estabeleceram com outras entidades ou em outros contextos.

Poderíamos hoje falar de História, de memória e de identidade se não existissem estas instituições?

Podíamos, mas não seria a mesma História.

30 Lei de Bases do Património Cultural - Lei nº 107/2001. Diário da República nº 209, de 8 de Setembro.

31 Regime Geral dos Arquivos e Património Arquivístico, Decreto-lei nº 16/93. Diário da República nº19, de 23 de Janeiro.

32 SILVA, Armando Malheiro – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo. Porto: Revista da Faculdade de Letra-Ciências e Técnicas do Património. Nº 3 (2004). p 70.

BIBLIOGRAFIA

ACP – Arquivo da Casa da Portela.

CARITA, H. E Cardoso, H. - *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Leya, 2015.

DIRINGER, Davis – *A escrita*. [Lisboa]: Verbo, 1985. (Historia Mundi; 12).

Decreto de 28 de maio de 1834. Extinção das Ordens Religiosas. PORTUGAL. Assembleia da República – *Legislação Régia: digitalização da colecção de legislação portuguesa desde 1603 a 1910*: Livro de 1832-1834 [em linha]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>.

Decreto de 14 de julho de 1834. Inclui as Ordens Militares no decreto de 28 de maio de 1834. PORTUGAL. Assembleia da República – *Legislação Régia: digitalização da colecção de legislação portuguesa desde 1603 a 1910* : Livro de 1833-1834 [em linha]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p293>.

PORTUGAL. Direção-Geral do Património Cultural. SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – *Casa da Portela*. IPA.00000788, [em linha]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=788

LOPES, A. M. Cunha – *A história do papel*. 2ª ed. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1974.

PORTUGAL. Assembleia da República – Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001. Lei de Bases do Património Cultural. *Diário do Governo*. I Série-A. nº 209.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei nº 16/93 de 23 de janeiro de 1993. Regime Geral dos Arquivos e Património Arquivístico. *Diário do Governo*. I Série-A. nº 19.

PORTUGAL. Instituto Português do Património Cultural - Decreto nº 28/82 de 26 de fevereiro de 1982. *Diário do Governo*. I série, nº 47.

REGALEIRA, Vasco de Moraes Palmeiro - Notícia acerca de alguns Palácios e Solares de Portugal, Casa da Portela. *Arquitectura, Revista Mensal*, Ano 1, Nº 1, (Janeiro 1927).

RIBEIRO, Fernanda - A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. Paraíba. Vol. 1, Nº. 1 (2011).

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. Vol. 1.

RODRIGUES, David Simões – *Rio Meão: a terra e o seu povo. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: Junta da Freguesia de Rio Meão*, 2001. Vol. 1.

ROSA, Maria de Lurdes (ed.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos, 2012. (Coleção: Estudos 3)

SANTOS, Maria José Ferreira – *A Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*. Santa Maria da Feira : Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997.

SANTOS, Maria José Ferreira dos - *Marcas de água: séculos XIV – XIX*. Coleção TECNICELPA. Associação Portuguesa dos Técnicos das Indústrias de Celulose e Papel e Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2015.

SILVA, Armando Malheiro de, [e tal.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Série Plural; 2).

SILVA, Armando Malheiro – *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo*. Porto: *Revista da Faculdade de Letra-Ciências e Técnicas do Património*. Nº 3 (2004).

SILVA, Armando Malheiro da - *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Afrontamento: CETAC, 2006.

SPROCHI, Amanda K. - *Ancient Mesopotamian Libraries and Archives*. Kent: University School of Library and Information Science, 2004. Requirements for the degree Master of Library and Information Science.

VARAGNAC, André, dir. – *O homem antes da escrita*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1963. (Rumos do Mundo; 1).